



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1016147-16.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Posse**
 Requerente: **Julio Marcos Carreira**
 Requerido: **Ivany Léia Ferreira da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JULIO MARCOS CARREIRA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Reintegração / Manutenção de Posse em face de Ivany Léia Ferreira da Silva, também qualificada, aduzindo tenha sido contemplado com sorteio do programa do governo *Minha Casa Minha Vida*, com um imóvel situado na Rua Almir Soares Quatrochi nº 503 – Residencial Planalto Verde, com prazo para imissão no imóvel até o dia 15 de novembro de 2015; alega mais que em 26 de outubro de 2015, ao visitar o imóvel, verificou que a requerida estava ali residindo, diante do que, lavrou Boletim de Ocorrência e, não tendo a requerida desocupado o imóvel, ajuizou a presente ação para o fim de ser reintegrado na posse do imóvel.

Concedida a liminar, a requerida desocupou o imóvel; citada, deixou de apresentar resposta.

É o relatório.

DECIDO.

O autor pede a reintegração na posse do imóvel, do qual é mutuário; tal fato é demonstrado pelo contrato juntado com a inicial.

Por outro lado, a ré, devidamente citada, deixou de apresentar resposta.

A causa envolve questão patrimonial e assim a falta de resposta leva à aplicação integral dos efeitos da revelia, conforme art. 319 do CPC, de modo que presumem-se verdadeiros os fatos narrados na inicial

Assim, tem-se que a ação é procedente para o fim de reintegrar o autor na posse do imóvel.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE o presente pedido para o fim de REINTEGRAR autor JULIO MARCOS CARREIRA na posse do imóvel situado na Rua Almir Soares Quatrochi nº 503 – Residencial Planalto Verde – nesta cidade de São Carlos-SP e CONDENO a ré Ivany Léia Ferreira da Silva ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (*dez por cento*) sobre o valor dado à causa.

P.R.I.

São Carlos, 16 de março de 2016.

Vilson Palaro Júnior
 Juiz de Direito

1016147-16.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**